

A casa da infância



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Hoje, 24 de abril, é o dia em que meus olhos se abriram para o mundo, às sete e meia da manhã, na cidade de Pinheiro, localizada na Pré-Amazônia, área da Baixada Maranhense, zona de campos verdes, alagados, com muitos lagos e capins variados, como arroz-bravo, andrequicé, capim-de-marreca, algodão-do-campo e flores amarelas que enfeitavam o tapete verde das plantas.

Nessa cidade, as casas baixas, a rua deserta e a visão do campo verde davam ternura a uma planície sem-fim que se perdia no horizonte. A cidade era uma pequena vila de duas ruas, uma maior, o eixo central, como em outros lugares sempre chamada de Rua Grande, e a outra que dela derivava e ia em curva até a Igreja de Santo Inácio, onde se iniciara a povoação. Em 1920, foi elevada a município, desmembrada da Comarca de São Bento.

Em março de 1930, uma comitiva chegou a Pinheiro no fim da tarde e desembarcou no porto do Albino Paiva — assim chamado porque ali ele tinha sua casa de comércio —, onde aportavam as

canoas que, no inverno, eram o único transporte disponível. Naquela tarde, meus pais se dirigiram para a casa onde iriam morar.

Deus, o ser bondoso que eu sabia ter me dado a vida, me assegurou a eternidade no paraíso que Ele me dera para viver na Terra: uma pequenina casa, com um quarto na frente, com piso de tijolo local, um outro quarto, uma salinha de comida e cozinha, juntas, de chão de barro batido.

A casa da infância é, sobretudo, onde moram as saudades nunca mortas, no interior do Maranhão, há quase 100 anos — isso parece ontem. Na memória me vêm o pote com água de caneca, a cozinha com os caldeirões de ferro, em trempes de pedra, com carvão de árvores secas, as fruteiras, manga, figos laranja-da-terra, tangerinas e a horta de quintal com tomates, vinagreira, maxixes, alface e abóbora. Os urucus vermelhos e o cavalo Graúna, preto, brilhante, relinchando com a chegada das cargas de palmito de babaçu, num quadro materializado no tempo.

Ficava na rua principal, àquele tempo José Anastácio, que fora um grande prefeito da cidade. Em frente morava José Alvim, farmacêutico, solteiro que depois veio a se casar com Inês de Castro — que se tornaram meus amigos, eles e seus filhos.

Naquela madrugada de abril anterior ao meu nascimento, chovera muito, e ainda chovia quando meu pai teve de ir buscar na Farmácia do Zé Alvim, a única da vila, uma injeção para restabelecer as contrações do parto. Aliás, o ditado popular era:

“abril, chuvas mil; maio, trovão e raio”.

Busco antigas recordações e lembro das chuvas da minha infância e, na minha memória, as águas não param de cair. Ao me recordar desse tempo, hoje ainda chove, uma chuva azul-escuro que turva o dia.

Na cidadezinha pequena, pobre, isolada, mas bela na pureza de seus humildes arruados, Pinheiro, ficava minha casa, meu chão, onde meus olhos se abriram para a vida. Em duas ruas a cidade se esgotava. Mas nada mais belo do que a minha cidade, seus campos, suas águas, sua gente.

Eu tenho escrito muitas vezes que o tempo é uma criação do homem, feito de datas escolhidas por nós. Mas o tempo não destrói as memórias velhas, onde ficam as saudades nunca mortas.

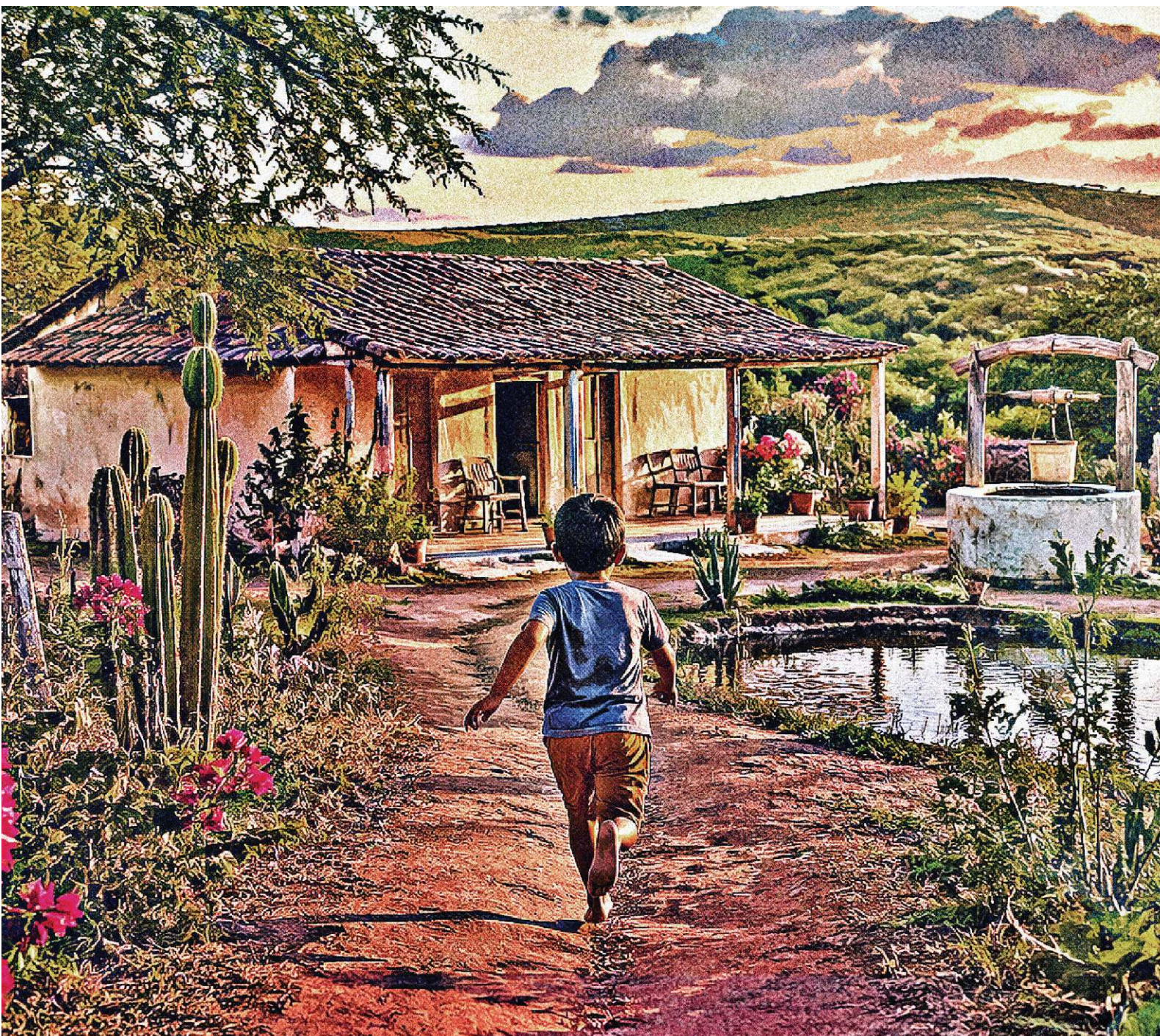
Ao longo da vida, com mais de 50 anos de crônicas de imprensa, publicadas semanalmente em jornais e sites, que eu me recorde, com boa memória, jamais meu aniversário coincidiu com a data e o dia da publicação do meu artigo: sexta-feira, 24. Por isso, compartilho tanta saudade.

Desculpe-me o leitor, mas obrigado pelos parabéns que eu sei que está me enviando.

Eu sou só grato ao dia de hoje. Todas as manhãs e noites agradeço a Deus pela vida que me deu, através do meu pai e da minha mãe, e pela minha família: filhos, genro, noras, netos, bisnetos, parentes e amigos. Deus guiou os meus passos.

Viva a vida. Viva o amor. E as saudades que nunca morrem.

Maurenilson Freire/CB/DA.Press



Chega de publicidade de bets!



» ORLANDO THOMÉ
CORDEIRO
Consultor em estratégia

As apostas fazem parte da cultura brasileira há séculos, atravessando períodos de proibição e legalização, refletindo as mudanças sociais e econômicas do país. No século 18, as primeiras casas de apostas começaram a surgir, impulsionadas pelo sucesso das corridas de cavalos, que se tornaram um passatempo popular, especialmente entre as classes mais altas.

No século 19, precisamente em 1892, surge o jogo do bicho. Uma ideia colocada em prática pelo barão João Batista Viana Drummond como forma de aumentar a arrecadação financeira do jardim zoológico criado por ele quatro anos antes. Como funcionava? Quando o visitante adquiria o ingresso, recebia uma figurinha de um dos 25 bichos da lista a serem sorteados. Quem tivesse a figura do bicho sorteado ganhava um prêmio em dinheiro. Em pouco tempo, essa iniciativa quase ingênua ultrapassou os limites do zoológico e ganhou as ruas do Rio de Janeiro e, posteriormente, de várias regiões do país, permanecendo viva até os dias atuais.

A primeira metade do século 20 vivenciou o surgimento dos cassinos que foram legalizados em 1933 pelo presidente Getúlio Vargas. Combinando jogos com shows de artistas casados no cenário nacional e internacional, essas casas se tornaram verdadeiros centros de entretenimento. No Rio

de Janeiro, eram três: Cassino Atlântico, Cassino Copacabana Palace e Cassino da Urca. No estado de São Paulo, destacavam-se o Monte Serrat, em Santos, e o Cassino Paulista, na capital. Já Poços de Caldas, em Minas Gerais, com mais de 20 cassinos em funcionamento, chegou a ser apelidada de “Las Vegas brasileira”.

Porém, em 30 de abril de 1946, três meses depois de assumir a Presidência da República, o general Eurico Gaspar Dutra pegou o país de surpresa e, com um decreto-lei, ordenou o fim dos jogos de azar, pondo fim ao fervilhante negócio dos cassinos. A justificativa para sua decisão, que permaneceu válida nos últimos 80 anos, era apoiada na “tradição moral, jurídica e religiosa” do brasileiro, que seria incompatível com os jogos, por serem nocivos aos bons costumes.

Dando um pequeno salto no tempo, em 15 de setembro de 1962 tivemos a realização do primeiro sorteio da Loteria Federal sob a administração da Caixa Econômica Federal. Posteriormente, foram criadas a loteria esportiva, popularmente conhecida como Loteca (1970), a Quina (1994), a Mega Sena (1996), a Lotomania (1999), a Dupla Sena (2001), a Lotofácil (2003) e a Timemania (2008).

O breve histórico acima mostra que a tradição de apostas no Brasil é longa e diversificada, mas, a partir de 2018, teve início uma mudança significativa desse panorama com a legalização das bets. Essa modalidade de jogo tornou-se uma verdadeira febre!

E não é um crescimento fortuito. O relatório intitulado *Investimentos Bets 2025 - Análise Estratégica do Setor de Apostas Esportivas*, elaborado pela Tunad, indica que, apenas no ano passado, essas empresas fizeram investimentos em publicidade

superiores a R\$ 1,4 bilhão, somando TV aberta, TV paga, rádio e streaming. Em uma ação agressiva, o segmento já está entre os cinco primeiros lugares no ranking, dividindo o pódio com o varejo e a indústria farmacêutica, segundo dados de diversas pesquisas de mercado.

Uma das principais consequências é o aumento de casos de problemas de saúde mental, como comprovam inúmeros relatos publicados na mídia. Além disso, há casos e mais casos de pessoas que simplesmente perderam todas as suas economias. Na verdade, é um comportamento típico de viciados.

Como enfrentar tal situação? Creio que precisamos criar movimentos de pressão sobre o Congresso Nacional de modo a proibir a publicidade das bets em TV aberta, rádios e revistas. Analogamente, no ano 2000 foi possível fazer o mesmo para os fabricantes de cigarro. Quem acompanhou esse movimento na época certamente se lembra da resistência do lobby daquela indústria e dos setores por ela patrocinados, mas a força da mensagem conseguiu ser vitoriosa.

Vencida essa etapa, poderíamos aproveitar para fazer o mesmo em relação às bebidas alcoólicas, já que o alcoolismo é o mais grave problema de saúde pública, com quatro pessoas hospitalizadas por hora e uma morte a cada cinco minutos por consumo excessivo. Cerca de 10% da população sofre com esse tipo de dependência.

Não se pode discutir tais medidas com base em moralismo. Cabe às pessoas decidirem, livremente, se querem apostar, fumar e beber. O que não se pode é permitir o incentivo ao consumo. Por tudo isso, agora é hora da campanha com o mote “chega de publicidade de bets”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@adabr.com.br



Saúde pública no DF e as falhas do Estado

A crise da saúde pública no Distrito Federal deixou de ser percepção isolada para se tornar um diagnóstico amplamente documentado por pesquisas, órgãos de controle e pela própria experiência cotidiana da população. O que se vê hoje não é um problema pontual ou conjuntural, mas um colapso progressivo de gestão, planejamento e execução de políticas públicas em um dos setores mais sensíveis do Estado.

Levantamentos recentes mostram que a saúde é, de longe, a área mais mal-avaliada pela população do DF. Pesquisa do ObservaDF indica níveis persistentes de insatisfação, com críticas concentradas na má qualidade do atendimento, longas filas e escassez de médicos. Os números ajudam a dimensionar o problema. Estima-se que a fila por consultas, exames e procedimentos ultrapasse a marca de 100 mil demandas reprimidas. Em paralelo, há registros de espera que chegam a meses ou até anos para atendimentos especializados, o que, na prática, significa agravamento de doenças, perda de qualidade de vida e, em muitos casos, risco real à vida dos pacientes.

Esse quadro não surge do nada. Ele é resultado direto de uma combinação de fatores estruturais: falhas de planejamento, gestão ineficiente de recursos, déficit de profissionais e problemas logísticos. Relatórios e ações recentes do Ministério Público do Distrito Federal apontam, por exemplo, falta de equipamentos, carência de pessoal e falhas operacionais como entraves concretos ao funcionamento da rede.

A atenção primária, que deveria funcionar como base do sistema de saúde, também apresenta fragilidades. Embora unidades básicas sejam amplamente utilizadas, a dificuldade de acesso a consultas e a baixa cobertura de acompanhamento preventivo revelam um modelo que não consegue atuar de forma eficaz na prevenção, o que acaba sobrecarregando hospitais e emergências.

E é justamente nas emergências que o colapso se torna mais visível. Filas extensas, tempo de espera elevado e sobrecarga de profissionais compõem um cenário que já foi descrito como alarmante por entidades da área. Hospitais operam no limite, enquanto pacientes enfrentam jornadas exaustivas em busca de atendimento básico.

Outro aspecto que agrava a crise é a gestão dos recursos. Apesar de orçamentos bilionários destinados à saúde, há relatos recorrentes de ineficiência na execução, incluindo devolução de verbas federais por incapacidade de planejamento e aplicação. Esse tipo de situação revela um paradoxo típico de sistemas mal geridos: faltam serviços, mas sobram recursos mal utilizados.

Além disso, decisões orçamentárias recentes indicam compressão de investimentos na área, com cortes significativos que impactam diretamente a capacidade de atendimento. Em um cenário já fragilizado, a redução de recursos tende a aprofundar ainda mais os gargalos existentes. Quando cidadãos deixam de acreditar na capacidade do Estado de oferecer atendimento digno, abre-se espaço para soluções improvisadas, judicialização da saúde e aumento da desigualdade no acesso aos serviços.

Há ainda um elemento mais grave, frequentemente apontado no debate público: o risco de que estruturas frágeis se tornem suscetíveis a práticas irregulares. Sistemas com baixa transparência, como já apontado em outras ocasiões neste espaço, falhas de controle e grande volume de recursos são, historicamente, mais vulneráveis a desvios e corrupção. A saúde pública não admite improvisos, nem pode ser gerida sob lógica de curto prazo.

Responsabilidade política, nesse contexto, é inevitável. Gestores atuais e passados respondem, em maior ou menor grau, pelas decisões que moldaram o sistema. No entanto, mais importante do que a atribuição de culpas é a construção de soluções efetivas. Essas soluções passam, necessariamente, por alguns pilares já conhecidos: planejamento estratégico, fortalecimento da atenção primária, gestão eficiente de recursos, valorização de profissionais e implementação de mecanismos rigorosos de controle e transparência.

Sem isso, qualquer tentativa de reforma será superficial. O problema não é a falta de diagnóstico, ele está amplamente disponível. O problema é a incapacidade de transformar diagnóstico em ação consistente. O Distrito Federal, por sua importância institucional e capacidade orçamentária, deveria ser referência nacional em saúde pública. Se nada for feito de forma estrutural, o cenário tende a se agravar. Mais do que uma crise administrativa, o que está em jogo é a dignidade de uma população que depende do sistema para viver. E esse é um ponto que não admite relativizações: quando a saúde falha, falha o próprio Estado.

A frase que foi pronunciada:

“O SUS sofre mais de problemas de gestão do que de concepção.”

Drauzio Varella

História de Brasília

Até hoje não foi entregue ao público o supermercado UV-3. Fêz bem o Prefeito, quando previu, e não o inaugurou no dia 21. Mas a demora está sendo longa demais. O da Asa Norte, também. (Publicada em 17/5/1962)